

Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Profissional: Desafios e Perspectivas

Residência nas escolas agrícolas de ensino técnico: alternativa para a educação profissional

PAULO ROBERTO PRADO CONSTANTINO
Centro Paula Souza – São Paulo – Brasil
pconst@bol.com.br

ANTÔNIO CARLOS OTTOBONI DE OLIVEIRA
Centro Paula Souza – São Paulo – Brasil
ottoboni_ac@hotmail.com

MARCIA REGINA DE OLIVEIRA POLETINE
Centro Paula Souza – São Paulo – Brasil
ampoletine@yahoo.com.br

Resumo: Analisa a manutenção do sistema de residência escolar para o ensino técnico agrícola no Estado de São Paulo, a partir da experiência de uma instituição pública, por meio de pesquisa híbrida realizada entre 2014 e 2015. Residências escolares oferecem ao aluno a oportunidade de obter sua formação de modo intensivo, durante um período de tempo específico dentro de uma escola agrícola. Neste formato, a expectativa é que os estudantes possam adquirir experiências e uma perspectiva mais apurada sobre a profissão que escolheram, que os ajudará nas decisões de manutenção da carreira ou no aprofundamento dos estudos, cumprindo a perspectiva politécnica e multifacetada almejada para esta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Residência Escolar, Ensino Técnico, Ensino Agrícola.

Abstract: Analyzes the maintenance of the internship system for agricultural vocational education in the State of São Paulo, from the experience of a public institution, through hybrid survey conducted between 2014 and 2015. Internships offer students the opportunity to obtain their training intensely during a specific period of time within a agricultural school. In this format, the expectation is that students can acquire experience and a more accurate perspective on the profession they have chosen, which will help in the career of maintenance decisions or to deepen the studies, fulfilling the polytechnic and multifaceted perspective for this type of education.

Keywords: Internship, Vocational Education, Agricultural Education.

1. Introdução

O artigo analisa a manutenção do sistema de residência escolar para o ensino técnico agrícola no Estado de São Paulo, Brasil, a partir da experiência verificada em uma instituição pública de educação profissional, o Centro Paula Souza. No início de 2015, 6230 alunos (CETEC, 2015) estavam matriculados apenas nos cursos comumente caracterizados como agrícolas, o que demonstra a amplitude deste atendimento.

Tal modelo de residência escolar, distanciando-se dos antigos internatos agrícolas, oferece aos alunos a oportunidade de aprender de modo intensivo, durante um intervalo de tempo específico, em uma escola técnica associada ao campo, conforme descreveremos mais adiante. Neste formato, a expectativa é que os estudantes possam adquirir experiências e obter uma perspectiva mais aprofundada sobre a profissão que escolheram, que lhes ajudará nas decisões de manutenção da carreira ou no aprofundamento dos estudos, cumprindo a perspectiva politécnica e multifacetada desejada para esta modalidade de ensino, seja ela integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio brasileiro.

Se de fato tornou-se “urgente repensar a atual proposta de formação técnica, bem como as atuais práticas educativas das escolas agrotécnicas” (SOBRAL, 2009, p.94), o sistema de residência nas escolas técnicas agrícolas do Centro Paula Souza pode ser uma alternativa viável para tal empreita. Ao apoiar a residência como uma iniciativa importante para a educação em tempo integral, confirma-se que, no momento presente da escola brasileira, a permanência dos alunos na escola estaria “muito aquém do que seria necessário para dar conta da formação de nossas crianças e jovens para os desafios do século XXI.” (GUARÁ, 2006, p.18).

Ao revisar a literatura, identificamos estudos que tratam, por exemplo, das expectativas paternas sobre o uso dos internatos, como os de Silva e Rabinovich (2007); as experiências de internato de curta duração (RUIZ et al., 1985); o histórico do ensino técnico agrícola (SOBRAL, 2009) ou os aspectos fundamentais da educação no campo (TERRIEN E DAMASCENO, 1993). Tais obras nos serviram de referência para a construção deste artigo. Não abordaremos a residência como um espaço de internato total (GOFFMAN, 1974), por não se tratar da experiência dos alunos analisados. Também não nos deteremos nos elementos ou expectativas das famílias de origem para a escolha da instituição, como “ideais de vida, compensação, substituição da família, fator de crescimento ou de punição para os filhos.” (SILVA e RABINOVICH, 2007, p.70).

As considerações desta pesquisa detêm-se no desenvolvimento acadêmico possível no contexto do ensino técnico agrícola, retomando brevemente aspectos históricos desta modalidade no Brasil, para passar à reflexão sobre a residência escolar na educação profissional e o levantamento e

análise das condições atuais de oferta dentro da instituição pública objeto da investigação.

2. Referencial Teórico

Os jesuítas, dentre outros religiosos que desembarcaram no Brasil na segunda metade do século XVI, foram os pioneiros a tratar da educação rural na então colônia portuguesa. Suas práticas normalmente baseavam-se em regimes de internato, em voga no Velho Continente, organizando núcleos escolares que ensinavam – além da doutrina – a lavrar a terra e outros pequenos ofícios. Este incipiente ensino agrícola, ministrado por ordens religiosas e padres jesuítas, era voltado principalmente aos filhos de colonos e aos povos indígenas, com o objetivo de organizar a exploração das fazendas de propriedade dos primeiros e manter uma agropecuária de sustentação básica. (SOBRAL, 2005, p. 12).

Os termos internato e residência, portanto, estão embebidos em significados construídos historicamente ao longo dos últimos séculos. A condição comum entre eles seria o residir do aluno na própria escola onde se estuda ou estagia, nos casos das abordagens mais recentes. Nos internatos particulares, por exemplo, criados para atender aos filhos das pessoas de alto poder aquisitivo, o objetivo era manter uma elite educacional e preservar seu status quo (PARO, 1988). Nos internatos públicos, a marca assistencialista (SOARES; TAVARES, 1999) predominou historicamente.

Conforme identificado por Pologeorgis (2012), residências escolares têm sido usadas como um rito de passagem para adolescentes e jovens. Seu conceito envolve uma abordagem que remonta à figura dos aprendizes de ofício, e se refere essencialmente ao treinamento e o aprendizado em situações práticas, oferecendo ao aluno-aprendiz a oportunidade de envolver-se em seu trabalho de modo intensivo, durante um período de tempo específico. Este aparato da residência no ensino técnico agrícola,

além de ser necessário para o funcionamento do sistema escola-fazenda, na medida em que apresenta inúmeras atividades fora do horário convencional de aulas, busca, ao mesmo tempo, possibilitar ao aluno compreender o sentido de coletividade que dificilmente conseguiria em escolas com outras características. A produção agrícola realizada na escola-fazenda é, pois fruto do trabalho coletivo da cooperação. (MEC – SETEC, 2009, p.18).

Baseados nas ideias de Pologeorgis (2012), entendeu-se que a residência nas escolas agrícolas da instituição poderia ser orientada por algumas diretrizes gerais:

- A experiência na residência escolar deve beneficiar diretamente o residente, em primeiro lugar, seguindo-se a escola e a comunidade;
- A residência enfatiza os aspectos procedimentais e de formação profissional, por isso, caracteriza-se como um ambiente educacional;
- O aluno interno não será um ‘empregado’ da instituição ou da cooperativa, mas terá a oportunidade de trabalhar sob a supervisão de uma equipe pedagógica e gestora;
- Todas as unidades escolares possuem autonomia para constituir um Conselho de Residência, de caráter deliberativo.

Constituído em todas as 34 escolas técnicas agrícolas, o sistema de residência do Centro Paula Souza, não corresponde à “instituição total” de Goffman (1974, p. 16), pois permite a circulação livre dos alunos, residentes ou não, sem barreiras à relação social com o mundo externo, proibições à saída da unidade ou impedimentos de natureza semelhante.

Passaremos a expor os métodos e os resultados obtidos na pesquisa empreendida dentro do sistema de residência escolar das escolas agrícolas do Centro Paula Souza.

3. Método

Para esta abordagem, adotou-se uma perspectiva híbrida de pesquisa. Em um primeiro momento, configurou-se uma pesquisa documental nos moldes apresentados por Tozoni-Reis (2010), pelo fato da investigação ter como fonte primordial os documentos oficiais da instituição focada. Isto significou “que a busca de informações sobre os fenômenos investigados foi realizada nos documentos que exigiam, para a produção de conhecimentos, uma análise”. (TOZONI-REIS, 2010, p. 141). Em um segundo momento, por meio do instrumental da pesquisa de campo (TOZONI-REIS, 2010, p.142), com o uso de questionários, analisou-se o grupo focal de 34 escolas agrícolas, dentre as 218 escolas técnicas que compõem a instituição.

Seu desenvolvimento deu-se durante um tempo relativamente curto, entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro de 2015 para que, baseada nos documentos e na literatura disponível, se estabelecesse um conjunto de reflexões que sistematizadas e expostas no presente artigo, bem como servir aos propósitos internos de supervisão educacional e gestão de recursos das unidades da instituição.

Quanto à caracterização da instituição pesquisada, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, ou Centro Paula Souza, informa-se que iniciou suas atividades em 06 de outubro de 1969, como uma entidade

autárquica destinada a articular e desenvolver a educação técnica e tecnológica de nível médio e superior no Estado de São Paulo. Atualmente ligada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, mantém 218 Escolas Técnicas [Etecs] e 64 Faculdades de Tecnologia [Fatecs] em funcionamento em mais de 300 municípios do Estado (CEETEPS, 2015). Somente no Ensino Médio e Técnico, em setores e eixos tecnológicos diversificados entre serviços, indústria, saúde e a produção cultural, o número de alunos matriculados ultrapassou 212 mil em diferentes habilitações no primeiro semestre de 2015, conforme informação da Unidade de Ensino Médio e Técnico da instituição em sua página oficial. (CETEC, 2015).

Distribuídas por todo o Estado de São Paulo, 34 das 218 escolas técnicas são consideradas agrícolas. Estas unidades ofertam não somente os cursos do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, mas também outras habilitações ligadas aos diversos eixos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC, 2012). No primeiro semestre de 2015, mais de 18.000 matrículas foram realizadas nestas 34 Etecs 'agrícolas', 6230 considerando-se apenas nos seguintes cursos do eixo tecnológico Técnico em Agricultura, Agroecologia, Agropecuária, Agronegócio, Cafeicultura, Florestas, Mecanização Agrícola e Zootecnia, nas modalidades integradas, concomitantes ou subsequentes ao ensino médio. (CETEC, 2015).

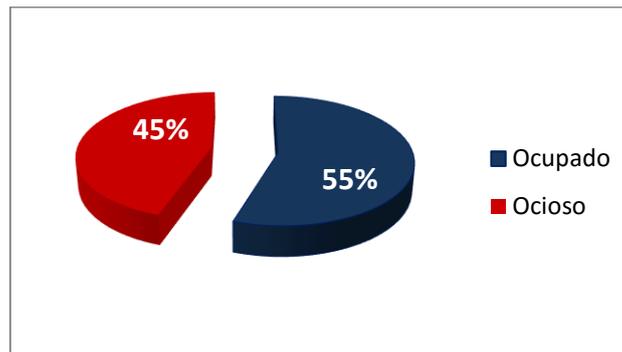
Algumas características são fundamentais para reconhecer estas 34 escolas agrícolas, tais como: possuir uma fazenda-escola, de tamanho variável; serem unidades que precisam de manutenção perene dos espaços físicos e locais de funcionamentos dos projetos produtivos, mesmo em períodos de recesso escolar; possuir máquinas, equipamentos e implementos agrícolas com finalidades de aprendizagem, que requerem o domínio de métodos e procedimentos adequados de manuseio, a fim de garantir a segurança dos alunos e professores envolvidos nas atividades pedagógicas; realizar parcerias com uma Cooperativa-Escola, empresa organizada e reconhecida sob o ponto de vista jurídico e financeiro, com fins pedagógicos; e contar com alojamentos para alunos residentes em regime integral ou parcial, oriundos de outros municípios e estados, variando atualmente de 08 até 240 residentes em algumas Etecs.

O próprio sistema de fazenda-escola “apresenta particularidades e peculiaridades que permitem pensar e desenvolver o trabalho como princípio educativo, aproximando a metodologia de ensino aos princípios da politecnicidade” (SOBRAL, 2009, p.94), fazendo com que a residência escolar seja um mecanismo adequado à proposta educacional integral almejada pela instituição.

4. Resultados e Discussão

De acordo com a pesquisa empreendida, no primeiro semestre de 2015 as Etecs agrícolas ofereciam a residência escolar para 2418 alunos, apesar de possuírem 4380 vagas disponíveis. A taxa de ocupação estava na seguinte relação percentual:

Gráfico 1 - Percentual de ocupação da residência escolar do Centro Paula Souza, do total de 4380 vagas disponíveis



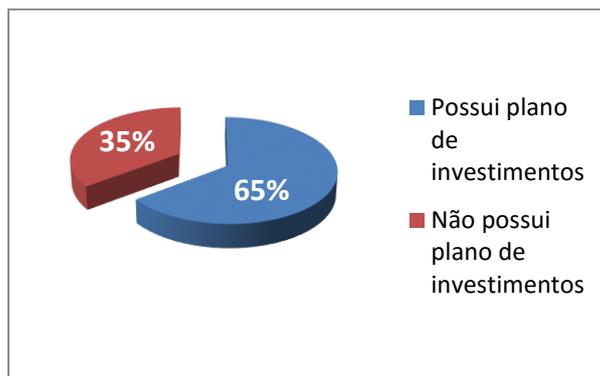
Fonte: Questionários respondidos pelas unidades escolares (AUTOR, 2015)

Ao mesmo tempo em que os custos para a manutenção são altos e o sistema é dispendioso de recursos humanos e financeiros para sua gestão adequada, seria importante estimular o melhor aproveitamento das vagas disponíveis, pois apenas pouco mais da metade destas encontram-se efetivamente empregadas pelos alunos. Os próprios documentos norteadores nacionais enfatizam o caráter da residência escolar e sua função social, destacando que as escolas agrícolas têm tido como “peculiaridade o oferecimento de internato para grande parte de seus alunos”. (MEC – SETEC, 2009, p.18).

É útil destacar que inicialmente, este internato “destinava-se apenas aos meninos”. (MEC – SETEC, 2009, p.18). Atualmente, não apenas os cursistas do sexo masculino podem acessar o sistema de residência em questão. Dos 2418 alunos residentes nas Etecs agrícolas no primeiro semestre de 2015, meninos e meninas têm usufruído do alojamento nas escolas, apesar de verificar-se maior presença dos primeiros, com 75% de alunos e 25% de alunas.

As escolas estudadas costumam constituir um conselho gestor para estes sistemas de residência. 90% destas unidades possuíam o conselho devidamente eleito e empossado já no início do semestre letivo de 2015. Estes deliberam sobre os investimentos na infraestrutura dos alojamentos, refeições, lazer e nas atividades desenvolvidas na fazenda-escola – em conjunto com os professores e gestores da cooperativa. Para tanto, espera-se que possuam um plano de investimentos e atividades organizado e publicado, conforme analisado no gráfico seguinte:

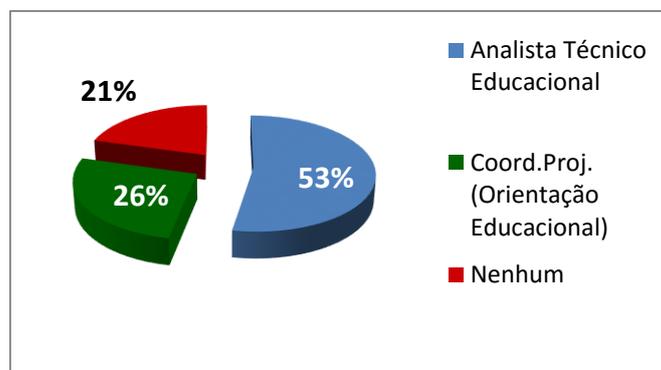
Gráfico 2 - Proporção de Etecs agrícolas que possuem plano de investimentos para o sistema de residência



Fonte: Questionários respondidos pelas unidades escolares (AUTOR, 2015)

Este planejamento articula-se, muito especialmente, à cooperativa-escola e aos profissionais das Etecs diretamente responsáveis pela manutenção dos sistemas de residência na instituição, o Analista Técnico-Educacional, um cargo concursado; ou o professor responsável pela Orientação Educacional, por meio de projetos realizados com afastamento de parte de suas aulas regulares:

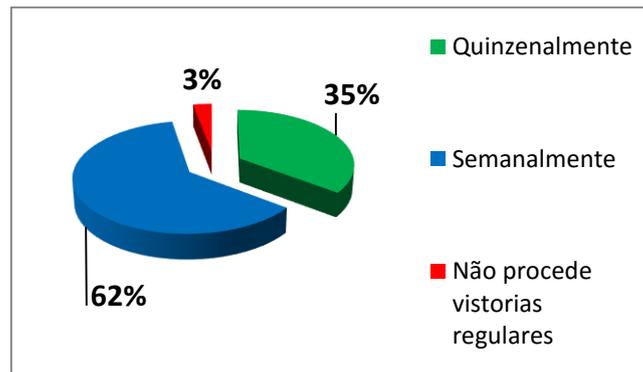
Gráfico 3 - Proporção de profissionais das Etecs responsáveis pelo acompanhamento do setor de residência escolar



Fonte: Questionários respondidos pelas unidades escolares (AUTOR, 2015)

São estes profissionais, em 79% das escolas, que juntamente às comissões internas compostas pelos próprios alunos cooperados, procuram verificar as condições dos alojamentos, higiene, instalações e alimentação, em uma gestão compartilhada, dos quais se espera uma rotina de verificação e tomada de decisões:

Gráfico 4 - Proporção de realização de vistorias periódicas e sistematizadas na residência escolar pelos profissionais das unidades, nas 34 Etecs



Fonte: Questionários respondidos pelas unidades escolares (AUTOR, 2015)

A preocupação com o lazer dos alunos, nos períodos de contra turno escolar e nos finais de semana, é algo relevante para a socialização e o bem estar dos jovens, especialmente considerando-se que muitos permanecem durante todo o ano ou semestre letivos na escola. 71% das unidades possuem atividades organizadas para atender o momento ocioso dos alunos nas escolas. E mesmo nas escolas onde as atividades de lazer não estão sistematizadas, elas dispõem mais de um recurso aos seus alunos, como campos de futebol, quadra poliesportiva, rede de internet, salas de televisão e jogos, academias, laboratórios de informática com acesso franqueado, anfiteatros e cozinha comunitária. Outras Etecs se organizam para promover aulas de música, capoeira, atividades culturais e esportivas.

A presente pesquisa levantou outros dados que vão desde o perfil dos residentes às condições de uso de internet nas escolas, passando pela higienização dos quartos e banheiros, condições das refeições e do transporte escolar, acessibilidade, uso e compartilhamento dos espaços nos alojamentos. Por questão de escopo do texto, tais informações não serão debatidas no momento, entretanto, prestam-se ao uso da Administração Central das escolas técnicas do Centro Paula Souza, para fins de gestão dos recursos e aperfeiçoamento das atividades no sistema de residência escolar das Etecs.

5. Considerações finais

Baseados no entendimento dos autores ante os documentos estudados, no levantamento em campo e nas experiências obtidas em anos de trabalho junto às escolas agrícolas, em diferentes funções desempenhadas como direção de escola, gestão de projetos e supervisão educacional, entendemos que a residência no ensino técnico agrícola contribui para que os estudos acadêmicos ganhem relevância no mundo do trabalho, permitindo que os alunos envolvam-se em atividades pedagógicas e produtivas de acordo com o seu nível de conhecimento, em cada etapa formativa prevista nos planos de curso da instituição. Conforme lembrado por Pologeorgis (2012), os alunos residentes ainda podem ter uma vantagem sobre outros trabalhadores ao encaminharem-

se ao mercado, pois em sua trajetória escolar contaram com a possibilidade de adquirir habilidades, conhecimentos e atitudes específicos durante seu período de residência, como o profissionalismo, a aplicação de diferentes estilos de liderança e a implantação de variados meios de planejamento e execução do trabalho no campo propriamente dito.

Consideramos que estes alunos residentes também ganham oportunidades de estabelecer contatos com outras pessoas de sua área, o que pode facilitar sua inserção no mercado de trabalho ou a transição de uma área à outra dentro de sua formação. Aumentar a empregabilidade e obter uma formação profissional sólida está entre os objetivos desejáveis desta modalidade de ensino.

Em um momento onde as escolas agrícolas apresentam 72% do seu alunado ligado originalmente à cidade, e não ao setor rural, o fator residência é considerável como elemento para o envolvimento discente nas atividades de campo. Levar o estudante “a viver a realidade da zona rural” (RUIZ et al, 1985, p.566) por meio da residência torna-se muito importante neste contexto.

Outro resultado almejado pela proposta é afastar definitivamente do ensino técnico agrícola a forte marca discriminatória que, apesar das mudanças socioeconômicas pelas quais o Brasil passou nos últimos anos, ele ainda carrega: por ser oferecido em escolas localizadas na zona rural, e por muitas delas oferecerem as residências anteriormente reconhecidas como ‘internatos’, a sociedade por vezes identifica tais escolas como marcadamente assistencialistas e com um caráter direcionado aos “desfavorecidos economicamente.” (SOARES; TAVARES, 1999, p. 22-23).

Finalmente, partindo destas reflexões, avaliar e revisitar as políticas públicas educacionais, ampliando e fomentando o atendimento da educação profissional no Estado de São Paulo, é outra perspectiva que esta pesquisa espera contemplar, considerando-se que os dados apontam a existência de vagas ociosas nos sistemas de residência das Etecs e um contingente de alunos que poderiam usufruir destas, ampliando o número de matrículas no ensino médio e técnico público paulista.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Documento final de grupo de trabalho. Brasília: MEC / SETEC, 2009.

CETEC. *Banco de dados do Ensino Técnico no Centro Paula Souza*. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/bdcetec>> Acesso em: 10 fev. 2015.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GUARÁ, I. M. R. É imprescindível educar integralmente. *Cadernos CENPEC*, São Paulo, ano 1, n. 2, p.15-24, 2006.

PARO, V. H. et al. *Escola de tempo integral: desafio para o ensino público*. São Paulo: Cortez; São Paulo: Autores Associados, 1988.

POLOGEORGIS, N. *The effect of unpaid internships on the work force and the economy*. Disponível em: <<http://www.investopedia.com/articles/economics/12/impact-of-unpaid-internships.asp>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

RUIZ, T. et al. O internato rural do curso de graduação em nutrição da Universidade Federal de Viçosa, Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, n. 19, p. 566-599, 1985.

SILVA, D. N.; RABINOVICH, E. P. Expectativas parentais: o internato como contexto de desenvolvimento. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 17(3), p. 60-71, 2007.

SOARES, A. M. D.; TAVARES, M. G. Formação profissional em ciências agrárias: as transformações no ensino e seus impactos no ensino superior. *Revista Educação Agrícola Superior*, São Paulo, v. 1, n. 17, jan./jun, p. 18-29, 1999.

SOBRAL, F. J. M. *A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. v.2, n. 2, p. 78-96, Brasília: MEC / SETEC, 2009.

THERRIEN, J; DAMASCENO, M. (orgs). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papyrus, 1993.

TOZONI-REIS, M. F. C. A pesquisa e a produção de conhecimentos. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. *Caderno de formação: formação de professores – educação, cultura e desenvolvimento*. v. 3. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.111-147.